



O alicerce da Palavra: a leitura precoce como pilar para o desenvolvimento infantil e o sucesso educacional

Ana Luisa Barbosa da Silva¹

Rennée Cardoso²

Resumo

O estudo investiga de que maneira a leitura precoce contribui para o desenvolvimento infantil e para o sucesso educacional, tendo como objetivo descrever a importância da leitura precoce como pilar do desenvolvimento infantil e do sucesso educacional futuro. A pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativo, baseou-se em referências clássicas e contemporâneas, reunidas a partir de bases como SciELO e Google Acadêmico, priorizando trabalhos que abordassem a leitura em sua dimensão cognitiva, social, afetiva e cultural. Os resultados apontam que a leitura desde a primeira infância potencializa habilidades cognitivas, linguísticas e socioemocionais, favorecendo a criatividade, a imaginação, a empatia e o pensamento crítico, além de consolidar o percurso escolar, reduzir índices de evasão e ampliar o acesso ao conhecimento como direito social. Conclui-se que a leitura precoce constitui não apenas uma ferramenta de alfabetização, mas um verdadeiro instrumento de emancipação, capaz de transformar trajetórias individuais e coletivas.

Palavras-chave: alfabetização e letramento; desenvolvimento infantil; educação infantil; leitura precoce.

Abstract

The study investigates how early reading contributes to child development and educational success, aiming to describe the importance of early reading as a pillar of childhood development and future academic achievement. The research, of bibliographic and qualitative nature, was based on classical and contemporary references gathered from databases such as SciELO and Google Scholar, prioritizing works that addressed reading in its cognitive, social, affective, and cultural dimensions. The results indicate that reading from early childhood enhances cognitive, linguistic, and socioemotional skills, fostering creativity, imagination, empathy, and critical thinking, in addition to strengthening the educational path, reducing dropout rates, and expanding access to knowledge as a social right. It is concluded that early reading is not only a literacy tool but also a true instrument of emancipation, capable of transforming individual and collective trajectories.

Keywords: early childhood education; early reading; literacy and language; child development.

¹Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: analuisab4498@gmail.com

²Docente do Curso Pedagogia, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: rennee.cardoso@uniceplac.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A leitura precoce constitui-se como um alicerce fundamental para o desenvolvimento integral da criança, na medida em que possibilita a construção de habilidades cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais que sustentam todo o percurso formativo. No contexto contemporâneo, em que a sociedade demanda sujeitos críticos, criativos e preparados para lidar com a complexidade do mundo, o contato com narrativas, símbolos e práticas culturais desde a primeira infância revela-se como um recurso indispensável (Zuin et al., 2022).

Mais do que uma técnica de decodificação, a leitura é compreendida como prática cultural, social e formativa, capaz de articular processos de subjetivação, construção de identidade e inserção cidadã (Freire, 2014; Cardoso, 2022). Assim, refletir sobre a leitura precoce significa também reconhecer o papel central da infância na constituição de sujeitos capazes de interagir criticamente com o meio em que vivem e de projetar trajetórias educacionais mais sólidas. (Cardoso, 2022)

A relevância do tema também se inscreve no campo das políticas públicas e da legislação educacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, estabelece a leitura e a oralidade como competências essenciais desde a Educação Infantil, reafirmando que o acesso a práticas de linguagem deve ser assegurado já nos primeiros anos escolares. Além disso, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO (2015) reconhecem a alfabetização e o letramento precoce como direitos fundamentais, diretamente relacionados à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento da cidadania. A partir dessa contextualização, a questão-problema que orienta este estudo é: de que maneira a leitura precoce contribui para o desenvolvimento infantil e para o sucesso educacional futuro?

O objetivo geral desta pesquisa é descrever a importância da leitura precoce como pilar do desenvolvimento infantil e do sucesso educacional futuro. Como objetivos específicos, destacam-se: (a) discutir a importância da primeira infância para o desenvolvimento integral da criança; (b) compreender o papel da leitura precoce no desenvolvimento cognitivo e emocional; (c) apresentar como a mediação escolar contribui para a alfabetização e o letramento e (d) descrever o impacto da leitura precoce na redução das desigualdades educacionais e na promoção da cidadania.

A escolha pelo estudo do impacto da leitura no desenvolvimento infantil tem também raízes pessoais. A pesquisadora cresceu em um ambiente permeado por livros, nos quais a leitura acontecia de forma constante em todos os espaços da casa, e desde cedo participou de



feiras do livro e eventos literários que marcaram sua relação afetiva com a literatura. Ao tornar-se mãe, passou a ler para seu filho desde os primeiros dias de vida, reproduzindo o hábito cultivado por seus pais e irmão, e vivenciando os vínculos criados por meio das histórias. Essas experiências despertaram o desejo de aprofundar-se no tema sob a perspectiva acadêmica, a fim de compreender como a leitura, desde a primeira infância, contribui para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Por fim, esta introdução aponta para a centralidade da leitura como prática formativa e transformadora, estabelecendo as bases para a discussão que será aprofundada no referencial teórico. Ao articular contribuições clássicas e contemporâneas sobre a infância, a alfabetização e a leitura, pretende-se construir uma análise consistente que dialogue com as demandas sociais e educacionais do presente. Como afirma Freire (1989, p. 11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, evidenciando que o ato de ler está profundamente ligado à formação crítica e ao exercício da cidadania. Assim, reafirma-se a leitura como alicerce do desenvolvimento humano e da participação social plena.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, voltada à compreensão interpretativa do fenômeno estudado a partir da análise de produções científicas já existentes. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pelo levantamento, seleção e análise de referências teóricas publicadas em livros, artigos e outros materiais científicos, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema. Para Severino (2017), essa modalidade de investigação busca construir um quadro conceitual consistente que permita a compreensão aprofundada de uma realidade, sem a necessidade de coleta direta de dados empíricos. Dessa forma, o estudo fundamenta-se na leitura crítica e comparativa de autores clássicos e contemporâneos, favorecendo uma visão ampla e interdisciplinar sobre a importância da leitura precoce no desenvolvimento infantil e no sucesso educacional futuro.

A metodologia adotada fundamenta-se na análise e interpretação de produções acadêmicas provenientes de bases científicas reconhecidas, como SciELO e Google Acadêmico, priorizando publicações atualizadas e revisadas pela comunidade científica. A busca foi orientada por descritores específicos — “leitura precoce”, “desenvolvimento infantil”,



“alfabetização e letramento” e “educação infantil” —, o que permitiu delimitar um corpus teórico coerente com os objetivos do estudo.

A questão-problema que norteia este estudo é: *de que maneira a leitura precoce contribui para o desenvolvimento infantil e para o sucesso educacional futuro?* Assim, os critérios de inclusão definidos para a seleção das fontes foram: (a) artigos, livros e dissertações publicados na íntegra; (b) trabalhos que tratassem diretamente da relação entre leitura precoce, desenvolvimento infantil e práticas de alfabetização; e (c) estudos em língua portuguesa, publicados entre os anos de 1948 e 2024, que apresentassem fundamentação teórica consistente. Esses parâmetros asseguraram a relevância, atualidade e diversidade teórica do material analisado, permitindo que o estudo integrasse diferentes vertentes epistemológicas e conceituais sobre o tema.

Cabe justificar a inclusão de autores clássicos e obras antigas, como as de Maria Montessori (1948) e Jean Piaget (1971), cuja relevância histórica e teórica permanece incontestável no campo da educação e do desenvolvimento infantil. Tais produções constituem referências fundantes, responsáveis por inaugurar conceitos e metodologias ainda atuais, frequentemente revisitados por pesquisadores contemporâneos. Como salienta Marconi e Lakatos (2021), a validade de um referencial teórico não está restrita à sua data de publicação, mas à sua contribuição científica e à permanência de seus pressupostos no debate acadêmico. Assim, a presença de obras clássicas é essencial para compreender a origem e a evolução das concepções sobre infância, leitura e aprendizagem, possibilitando uma análise mais completa e contextualizada do fenômeno investigado.

Os critérios de exclusão compreenderam: (a) trabalhos que abordassem a leitura apenas sob uma perspectiva técnica ou mecanicista, desconsiderando suas dimensões sociais, afetivas e culturais; e (b) produções repetidas, incompletas ou sem respaldo teórico sólido. A aplicação desses filtros metodológicos visou assegurar a consistência e a objetividade da análise, eliminando redundâncias e priorizando fontes de reconhecida credibilidade acadêmica.

A opção por uma abordagem qualitativa e interpretativa possibilitou compreender a leitura como prática complexa e multidimensional, que ultrapassa o simples ato de decodificar palavras. Essa perspectiva valoriza a leitura enquanto fenômeno de mediação simbólica entre cognição, emoção e cultura, permitindo ao pesquisador identificar como diferentes autores articulam a leitura à construção do sujeito e ao desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, a metodologia adotada favorece uma análise dialógica entre áreas distintas psicologia, pedagogia e ciências sociais, contribuindo para a consolidação de uma visão interdisciplinar sobre a leitura precoce como instrumento de emancipação e transformação social.



3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A INFÂNCIA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

A infância representa uma etapa singular e decisiva na trajetória do ser humano, pois nela se estruturam os alicerces biológicos, cognitivos, emocionais e sociais que sustentarão o desenvolvimento integral ao longo da vida. Segundo Kolb e Gibb (2011), a plasticidade neural consiste na capacidade do sistema nervoso de modificar-se estrutural e funcionalmente em resposta às experiências vivenciadas. Essa flexibilidade cerebral, particularmente acentuada nos primeiros anos de vida, permite que estímulos ambientais, interações sociais e práticas educativas se inscrevam nas redes sinápticas, moldando de modo duradouro as trajetórias de aprendizagem e de comportamento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento infantil deve ser concebido como um processo dinâmico, flexível e em constante adaptação, em que a estimulação precoce se mostra determinante para o êxito escolar, a regulação emocional e a autonomia intelectual. (Zuin et al., 2022)

Ao abordar as etapas do desenvolvimento, Piaget (1971) contribuiu com uma compreensão estrutural da construção do conhecimento infantil. Para o autor, a criança percorre fases sucessivas sensório-motora, pré-operatória, operatória concreta e operatória formal que, embora universais, dependem das interações e experiências para se consolidarem. Por exemplo, na fase sensório-motora, a manipulação de objetos possibilita o surgimento da permanência do objeto, enquanto na fase pré-operatória a criança começa a desenvolver o pensamento simbólico, ainda marcado pelo egocentrismo cognitivo. À medida que avança, o pensamento lógico-matemático se fortalece, permitindo generalizações e abstrações cada vez mais complexas. Essa visão revela que a infância não é um estado passivo de recepção, mas um percurso ativo de construção, no qual a criança organiza esquemas mentais a partir da interação com o mundo. (Hashimoto, 2024)

Se Piaget enfatiza a estrutura cognitiva, Vygotsky (1984) amplia essa análise ao destacar a função mediadora da cultura e da interação social no processo de desenvolvimento. Para o teórico, a aprendizagem não se limita a estágios internos, mas emerge da mediação cultural e linguística, que permite à criança apropriar-se de instrumentos simbólicos. A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) explicita como a criança pode alcançar níveis mais avançados de compreensão com o apoio de pares ou adultos, revelando a importância da interação dialógica para o desenvolvimento. Essa perspectiva encontra eco nas reflexões de



Bruner (1997), que defende a aprendizagem como um ato de significação, isto é, um processo em que o sujeito internaliza e ressignifica as práticas culturais, tornando-as parte de sua constituição psíquica e social.

Wallon (1995), por sua vez, contribui ao integrar dimensões frequentemente tratadas de maneira fragmentada: afetividade, motricidade e inteligência. Para o autor, o desenvolvimento infantil não pode ser compreendido apenas pela via cognitiva, mas como um entrelaçamento orgânico entre emoção, movimento e pensamento. A afetividade, nesse sentido, não é um elemento periférico, mas um princípio organizador que mobiliza a energia necessária para a construção de relações e de aprendizagens. Essa visão é corroborada por Damásio (2012), ao mostrar que razão e emoção não são instâncias separadas, mas dimensões interdependentes que orientam a tomada de decisões e a adaptação social. Assim, a infância deve ser compreendida como um espaço em que o corpo, as emoções e a cognição dialogam continuamente na construção da subjetividade.

No campo das políticas públicas e das ciências do desenvolvimento, a literatura sublinha que a primeira infância (0-6 anos) constitui a base estruturante da vida psíquica, biológica e social do indivíduo. Shonkoff e Phillips (2000) demonstram, em estudos de neurociência e psicologia do desenvolvimento, que este período é marcado por uma intensa formação sináptica, que ocorre em ritmo muito mais acelerado do que em qualquer outra fase da vida. Investimentos afetivos, educativos e sociais nessa etapa são, portanto, de alto impacto e baixo custo relativo, sendo capazes de prevenir defasagens cognitivas e socioemocionais que mais tarde demandariam intervenções complexas. Nesse sentido, Zuin et al., (2022) destaca que a infância deve ser reconhecida não apenas como um tempo de preparação, mas como uma etapa plena de direitos, experiências e aprendizagens que configuram a identidade do sujeito em formação.

A partir dessa base, é possível reconhecer que a infância se constitui como um fenômeno biopsicossocial, no qual fatores neurológicos, pedagógicos, sociais e afetivos interagem de maneira indissociável. Erikson (1968) evidencia que a construção da identidade se inicia desde os primeiros vínculos e atravessa crises psicossociais próprias de cada estágio, cuja resolução positiva depende do suporte social e emocional recebido. Isso se articula à concepção de Bowlby (1970), ao afirmar que os vínculos afetivos primários, estabelecidos na primeira infância, formam um padrão de apego que influencia de maneira duradoura a segurança emocional e as relações sociais ao longo da vida.



3.2 O PAPEL DA LEITURA PRECOCE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E EMOCIONAL

A leitura precoce, entendida como prática cultural e pedagógica que insere a criança desde os primeiros anos em contato com narrativas, símbolos e signos, configura-se como um poderoso catalisador do desenvolvimento cognitivo e emocional. Barbosa et al., (2023) mostra que o ato de ler ativa circuitos neurais altamente sofisticados, mobilizando áreas responsáveis pela percepção visual, memória de trabalho e compreensão semântica, o que possibilita a expansão do vocabulário e a estruturação sintática da linguagem. Além de ampliar o repertório linguístico, a leitura precoce favorece a construção de esquemas cognitivos que fortalecem a atenção, a abstração e a capacidade de raciocínio. Esse processo, ao mesmo tempo biológico e cultural, revela que a imersão no universo da leitura nos primeiros anos não apenas antecipa o contato com a escrita, mas inaugura modos de pensar e interpretar o mundo. (Barbosa et al., 2023)

A leitura, além de ampliar o vocabulário, provoca ativações em sistemas cerebrais ligados à memória, à atenção seletiva e à capacidade de abstração. Damásio (2012) destaca que as práticas de leitura favorecem a integração entre razão e emoção, permitindo que a criança associe conteúdos simbólicos à experiência afetiva, potencializando o aprendizado. Ao se debruçar sobre histórias e narrativas, a criança exercita não apenas a memória episódica, mas também a imaginação, que se torna fundamental para o desenvolvimento do pensamento criativo. A leitura, assim, atua como um mediador entre cognição e emoção, favorecendo a construção de uma subjetividade complexa, capaz de articular lógica, sensibilidade e simbolismo. (De Freitas et al., 2023)

Hashimoto (2024) evidencia que o contato com a leitura desde cedo rompe com a visão tradicional da alfabetização como simples decodificação mecânica de sinais gráficos. Para as autoras, a criança elabora hipóteses sobre a escrita de forma ativa, interpretando símbolos e organizando significados em função das interações sociais. Esse olhar transformador mostra que a leitura precoce não é apenas uma preparação para a escolarização formal, mas uma etapa constitutiva do próprio processo de apropriação da linguagem. Assim, ao interagir com textos, a criança passa a experimentar a escrita como prática cultural, internalizando seus códigos e regras de maneira progressiva e significativa. (Zuin et al., 2022)

Os livros infantis ilustrados, além de despertarem a curiosidade e o encantamento, funcionam como mediadores simbólicos que articulam a imaginação com a linguagem verbal. Cardoso (2022) ressalta que as imagens, ao dialogarem com o texto escrito, auxiliam a criança



na compreensão da narrativa, favorecendo a construção de significados mais amplos. Nessa perspectiva, a leitura ilustrada potencializa o desenvolvimento do pensamento simbólico, essencial para a formação de conceitos abstratos e para a inserção nos sistemas culturais de representação. Ao percorrer páginas repletas de cores e metáforas visuais, a criança não apenas decifra símbolos, mas projeta sentidos, ativando redes cognitivas que preparam o terreno para aprendizagens mais complexas.

Montessori (1948) já defendia a ideia de que a leitura, articulada a materiais sensoriais, estimula a autonomia e a autoconfiança da criança. Para a educadora, o contato precoce com narrativas escritas contribui para que o sujeito desenvolva a disciplina interior e a concentração, habilidades fundamentais para a vida acadêmica e social. Essa concepção dialoga com os princípios contemporâneos de desenvolvimento integral, pois considera que a leitura não é apenas um ato intelectual, mas uma prática que fortalece o senso de identidade, o controle da atenção e a capacidade de resolver problemas de maneira autônoma. Dessa forma, a leitura precoce emerge como prática educativa que conjuga sensorialidade, simbolismo e emancipação. (Montessori, 1948)

Vygotsky (1984) acrescenta uma dimensão sociocultural a esse fenômeno ao compreender a leitura como mediação fundamental que introduz a criança nos códigos simbólicos de sua comunidade. Por meio da interação com livros e narrativas, a criança se apropria de signos culturais que ampliam sua consciência de mundo e a inserem em práticas sociais partilhadas. A leitura, portanto, não é apenas uma ferramenta de aprendizagem individual, mas um instrumento de socialização, que fortalece vínculos comunitários e dá acesso ao patrimônio cultural acumulado pela humanidade. Nesse sentido, o ato de ler desde cedo constitui um processo formativo que ultrapassa a escolarização e se enraíza na própria condição de ser social.

Paulo Freire (2014) amplia essa reflexão ao sustentar que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, ou seja, antes de decifrar textos escritos, a criança já interpreta gestos, imagens e contextos. A leitura precoce, nesse cenário, deve ser entendida como prática que articula diferentes formas de linguagem, oferecendo à criança instrumentos para compreender criticamente sua realidade. Ler não significa apenas reconhecer letras, mas construir sentidos, interpretar narrativas e posicionar-se diante da vida. A leitura, nesse viés freireano, é um ato político, pois habilita a criança a compreender as estruturas simbólicas que sustentam a sociedade e a exercer sua autonomia intelectual. (Cardoso, 2022)



3.3 CONTRIBUIÇÕES DA MEDIAÇÃO ESCOLAR PARA A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

O processo de alfabetização configura-se como uma etapa fundante da trajetória educacional, em que a criança não apenas adquire competências relacionadas ao deciframento do código escrito, mas também se apropria de significados culturais, sociais e simbólicos que estruturam sua inserção no mundo letrado. Nessa perspectiva, o papel da escola transcende a função meramente instrumental de ensinar letras e palavras, constituindo-se como espaço de mediação, diálogo e construção de sentidos (Vygotsky, 1984). A centralidade da mediação docente emerge como elemento decisivo, pois é na interação entre professor e criança que se produz a zona de desenvolvimento proximal, conceito basilar da teoria histórico-cultural, que expressa o intervalo entre o que a criança já consegue realizar de forma autônoma e aquilo que só alcança com apoio, orientação e provocação pedagógica. Assim, a alfabetização é um movimento de expansão de potencialidades, onde a escola atua como catalisadora da aprendizagem (Vygotsky, 1984).

Nessa lógica, a escuta sensível e a mediação humanizada constituem práticas fundamentais, pois reconhecem a singularidade de cada criança, suas hipóteses, ritmos e experiências de linguagem (De Freitas et al., 2023). O professor, ao se abrir ao discurso infantil, deixa de ser mero transmissor de conteúdos para tornar-se intérprete e facilitador do processo de construção de conhecimento. Como salienta Oliveira (1993), a aprendizagem se enraíza em práticas interativas que dão sentido ao ato de aprender, pois não basta que a criança internalize códigos, é necessário que ela reconheça os significados sociais da leitura e da escrita. A escuta ativa do docente, portanto, permite identificar avanços, lacunas e interesses, mobilizando estratégias que respeitem o sujeito em sua totalidade.

A compreensão freireana de alfabetização amplia essa discussão ao evidenciar que alfabetizar é, sobretudo, um ato político e dialógico, no qual o conhecimento não é transferido, mas construído coletivamente (Freire, 2014). O diálogo, enquanto princípio pedagógico, não se reduz a uma técnica, mas se configura como uma postura ética diante do educando, reconhecendo-o como sujeito histórico capaz de questionar, interpretar e transformar a realidade. A alfabetização, nesse sentido, não se restringe ao domínio do código linguístico, mas se insere na perspectiva mais ampla da leitura de mundo, em que a palavra escrita e a experiência social se entrelaçam em um mesmo processo de conscientização. (Zuin et al., 2022)

A intencionalidade pedagógica, destacada por Libâneo (1994), surge como outro fator essencial para a efetividade do processo de alfabetização. O professor precisa planejar suas intervenções de forma criteriosa, considerando os objetivos formativos, as necessidades



individuais e coletivas dos alunos e a coerência entre teoria e prática. Essa intencionalidade, entretanto, não pode ser rígida ou normativa; deve estar aberta ao imprevisível, à espontaneidade do cotidiano e às hipóteses que a criança elabora sobre a escrita (Hashimoto, 2024). As hipóteses infantis não são equívocas a serem corrigidos, mas indicadores de um pensamento ativo em processo, revelando o modo como o sujeito compreende e reorganiza o sistema da língua.

Nesse contexto, Hashimoto (2024) apresenta uma contribuição instigante ao propor o professor como provocador de sentidos, e não mero depositário de verdades. Para esse autor, a aprendizagem só se torna significativa quando vinculada à experiência concreta da criança e à possibilidade de experimentar, testar e reconstruir saberes. O educador, portanto, deve criar situações pedagógicas que despertem a curiosidade, estimulem a criatividade e possibilitem a participação ativa do aluno no processo de construção do conhecimento. Essa postura pedagógica rompe com a lógica transmissiva e valoriza o protagonismo infantil.

Outro aspecto crucial é a configuração do ambiente alfabetizador, compreendido não apenas como espaço físico, mas também como cenário simbólico de descobertas e interações. Montessori (1948) destaca a importância de ambientes preparados, nos quais os materiais, a organização e a estética da sala de aula promovem autonomia, concentração e prazer pelo aprendizado. O espaço alfabetizador deve oferecer múltiplas possibilidades de exploração: livros, jogos, recursos digitais, materiais manipulativos, transformando-se em um território fértil para o desenvolvimento das capacidades linguísticas, cognitivas e sociais da criança.

A literatura infantil, os jogos pedagógicos e as tecnologias digitais assumem, nesse processo, funções decisivas, pois são mediadores potentes da alfabetização e do letramento. Como observa Cardoso (2022), a inserção da criança em práticas reais de leitura e escrita, seja por meio de histórias, brincadeiras ou interações virtuais, amplia seu repertório cultural e linguístico. A ludicidade, associada à narrativa e à experimentação tecnológica, desperta o interesse e cria vínculos afetivos com a aprendizagem, contribuindo para que a alfabetização se torne um processo prazeroso e significativo.

Essa dimensão do trabalho pedagógico conecta-se diretamente com a proposta de Perrenoud (2001), que destaca a necessidade de organizar as práticas docentes em função das necessidades reais das crianças. O planejamento deve ser flexível, responsivo e centrado na diversidade de trajetórias e contextos, evitando padronizações que desconsiderem singularidades. Ao adotar uma pedagogia diferenciada, a escola assegura que cada criança encontre oportunidades adequadas ao seu modo de aprender, fortalecendo o princípio da equidade no acesso ao conhecimento.



3.4 O IMPACTO DA LEITURA PRECOCE NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

A leitura, quando compreendida como direito fundamental, ultrapassa o caráter instrumental de decodificação e se consolida como pilar da cidadania e da dignidade humana. O próprio relatório da UNESCO (2015) evidencia que o acesso universal à alfabetização constitui um dever dos Estados, já que se relaciona diretamente com a redução das desigualdades sociais, com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e com a democratização do conhecimento. A leitura é, portanto, um direito social e coletivo, pois garante condições para que o sujeito possa interpretar criticamente a realidade e intervir nela de maneira autônoma e consciente. Nesse horizonte, a alfabetização não se limita a uma técnica escolar, mas configura-se como dispositivo de inclusão social, de participação política e de efetivação de direitos. (Zuin et al., 2022)

As políticas públicas educacionais e a formação docente são elementos decisivos para a consolidação desse direito. Saviani (2021) destaca que a garantia de uma alfabetização de qualidade requer não apenas recursos materiais, mas sobretudo uma formação crítica dos professores, que permita compreender a alfabetização como prática cultural e social, e não como simples treinamento. A precarização da formação inicial e continuada dos docentes compromete a qualidade do ensino e, conseqüentemente, reproduz desigualdades. Em contrapartida, quando o Estado investe em políticas estruturais de alfabetização e no fortalecimento do trabalho pedagógico, observa-se um impacto direto na redução da evasão escolar e no aumento da permanência dos alunos nas etapas subsequentes. (De Vargas Matos et al., 2023)

Cardoso (2022) enfatiza que a leitura precoce, quando estimulada de forma adequada, contribui para o fortalecimento do percurso educacional, pois crianças que desenvolvem competências leitoras nos primeiros anos apresentam melhores índices de desempenho acadêmico ao longo da vida escolar. A relação entre alfabetização precoce e diminuição da evasão é sustentada por pesquisas recentes que mostram como o fracasso escolar nos anos iniciais gera um efeito em cascata, levando ao desinteresse, à repetência e, em muitos casos, ao abandono. A leitura, nesse sentido, é mecanismo preventivo contra a exclusão escolar, funcionando como chave de acesso a todo o repertório cultural e científico produzido socialmente. (Zuin et al., 2022)



A concepção freireana amplia esse debate ao situar a leitura como prática de liberdade. Freire (2014) sublinha que alfabetizar não é apenas ensinar palavras, mas permitir que o sujeito leia o mundo, atribuindo sentido à sua experiência cotidiana e fortalecendo sua capacidade de ação transformadora. O ato de ler, portanto, é inseparável do ato de pensar criticamente sobre a realidade, questionando injustiças e projetando alternativas de mudança. A leitura não é, para Freire, um exercício neutro, mas um instrumento de emancipação que resiste a processos de opressão e de exclusão.

De Miranda et al (2022) dialoga com essa perspectiva ao situar a educação no campo da justiça social, defendendo que a escola deve assumir a responsabilidade de enfrentar as desigualdades e construir pontes de inclusão para os sujeitos historicamente marginalizados. A leitura, nesse escopo, não pode ser vista apenas como competência técnica, mas como bem cultural coletivo que deve ser socializado de forma equânime. Reconhecer a leitura como direito e como prática de justiça social implica reposicionar a escola no centro da luta pela igualdade de oportunidades.

Os efeitos da leitura ultrapassam a infância e a adolescência, impactando diretamente a vida adulta e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Estudos longitudinais recentes, como os conduzidos por De Vargas Matos et al. (2023), revelam que sujeitos com alto desempenho em leitura desde os primeiros anos apresentam maior sucesso em trajetórias escolares e profissionais, construindo carreiras mais estáveis e qualificadas. Isso ocorre porque a leitura não apenas favorece o domínio da linguagem, mas também potencializa competências cognitivas complexas, como resolução de problemas, argumentação lógica e tomada de decisão, todas essenciais no mundo do trabalho contemporâneo.

Hashimoto (2024) reforça a importância da leitura no desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual, dimensões imprescindíveis em sociedades que demandam sujeitos criativos, reflexivos e capazes de lidar com a complexidade. A leitura abre horizontes de interpretação múltipla, instiga a imaginação e propicia o contato com a diversidade cultural, fortalecendo, assim, a capacidade de inovar e de propor soluções inéditas. Em sociedades baseadas no conhecimento e na informação, a leitura é não apenas ferramenta de sobrevivência, mas também motor de transformação e reinvenção de paradigmas.

Outro aspecto relevante é a leitura como instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais. Cardoso et al. (2022) apontam que a alfabetização e o letramento precoce reduzem as assimetrias educacionais e ampliam o capital cultural das crianças, permitindo que tenham acesso a repertórios que historicamente lhes foram negados. Nesse sentido, a leitura se articula diretamente à cidadania, pois é pela mediação da linguagem que os sujeitos se inserem



nos debates sociais, participam da vida política e reivindicam direitos. Uma sociedade leitora é também uma sociedade mais democrática, pois a circulação de ideias e a pluralidade de vozes encontram espaço de expressão. (Zuin et al., 2022)

4 DISCUSSÃO

Estudos como os de Kolb e Gibb (2011) e Shonkoff e Phillips (2000) apontam que os primeiros anos de vida são caracterizados por elevada plasticidade neural, em que estímulos adequados produzem impactos duradouros nas capacidades cognitivas e socioemocionais. Nesse contexto, a leitura funciona como alicerce simbólico que alimenta redes sinápticas responsáveis pelo raciocínio, pela memória e pela linguagem, inaugurando experiências de significação fundamentais para a trajetória escolar. Assim, os dados convergem para a compreensão de que a leitura precoce não deve ser reduzida a uma prática instrumental, mas concebida como eixo formativo que sustenta não apenas o sucesso acadêmico imediato, mas também a constituição de sujeitos críticos e reflexivos ao longo da vida (Kolb; Gibb, 2011; Shonkoff; Phillips, 2000)

Vygotsky (1984) já havia demonstrado, ao elaborar a noção de Zona de Desenvolvimento Proximal, que a criança alcança níveis mais elevados de compreensão por meio da interação mediada com adultos e pares. Isso implica que o contato inicial com narrativas e textos favorece tanto a elaboração simbólica quanto a construção de vínculos sociais, promovendo, em consonância com Wallon (1995) e Damásio (2012), um desenvolvimento que integra razão e emoção. Portanto, os resultados sugerem que a leitura, ao articular linguagem, cognição e afetividade, constitui-se como recurso privilegiado para assegurar um desenvolvimento infantil pleno, capaz de conjugar habilidades acadêmicas, competências socioemocionais e autonomia crítica.

Outro ponto relevante refere-se ao papel da escola como mediadora do processo de alfabetização e letramento. As evidências indicam que, embora a família desempenhe papel primordial na introdução da leitura, é no espaço escolar que essa prática se consolida como experiência social e cultural. O professor, segundo Libâneo (1994) e Oliveira (1993), precisa atuar como mediador sensível, capaz de interpretar as hipóteses infantis e transformá-las em oportunidades pedagógicas significativas. Os resultados sugerem que a intencionalidade docente, ao planejar estratégias que dialoguem com a curiosidade e a singularidade de cada criança, constitui-se como elemento indispensável para que a alfabetização vá além do



deciframento mecânico de signos, transformando-se em prática cultural crítica. (Libâneo, 1994; Oliveira, 1993)

As práticas de mediação analisadas também apontam para a relevância do ambiente alfabetizador, compreendido em sentido amplo como espaço físico, simbólico e cultural. Montessori (1948) defendeu a organização de ambientes preparados que favorecessem autonomia e concentração, perspectiva confirmada por pesquisas recentes (Cardoso, 2022; De Freitas et al., 2023), as quais evidenciam que a presença de livros, materiais ilustrados e recursos digitais cria cenários de experimentação férteis. Nesse sentido, os resultados sugerem que o espaço escolar não pode ser neutro, mas precisa ser intencionalmente estruturado para despertar encantamento, curiosidade e prazer pelo ato de ler. A mediação, portanto, não se limita ao discurso do professor, mas abarca a criação de ecossistemas educativos que legitimem a leitura como prática cotidiana e desejável.

No tocante ao impacto da leitura precoce sobre a redução das desigualdades educacionais, os dados são contundentes. Pesquisas sistematizadas pela UNESCO (2015) e por Zuin et al. (2022) mostram que crianças com acesso a práticas leitoras desde a primeira infância apresentam não apenas melhores índices de desempenho escolar, mas também maior permanência no sistema educacional, reduzindo significativamente as chances de evasão. Tais resultados revelam que a leitura precoce funciona como estratégia preventiva, capaz de mitigar defasagens históricas que atingem principalmente sujeitos em contextos de vulnerabilidade social. Portanto, investir em políticas de democratização da leitura não se restringe a uma escolha pedagógica, mas traduz-se em mecanismo de justiça social que possibilita condições mais equânimes de acesso ao conhecimento (Zuin et al., 2022)

A discussão também evidencia que a leitura precoce tem efeito multiplicador na trajetória escolar e profissional dos indivíduos. De Vargas Matos et al. (2023) apontam que o contato inicial com práticas leitoras potencializa competências como raciocínio lógico, criatividade e resolução de problemas, elementos valorizados não apenas no percurso educacional, mas igualmente no mercado de trabalho contemporâneo. Essa perspectiva corrobora a tese de Hashimoto (2024), segundo a qual a leitura amplia a autonomia intelectual e fortalece o pensamento crítico, formando sujeitos aptos a lidar com a complexidade do mundo atual. Desse modo, a leitura precoce deve ser compreendida não apenas como recurso escolar, mas como estratégia de formação integral que impacta o desenvolvimento humano em longo prazo.

No horizonte da cidadania, a leitura precoce revela-se como instrumento de emancipação. Paulo Freire (2014) sustenta que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra,



de modo que estimular a criança a interpretar narrativas, símbolos e contextos desde cedo significa proporcionar-lhe ferramentas para compreender criticamente sua realidade. Os resultados analisados confirmam essa perspectiva, mostrando que crianças com vivências leitoras precoces tendem a desenvolver maior senso crítico, posicionando-se de forma mais ativa em processos sociais. Assim, a leitura não pode ser entendida apenas como competência técnica, mas como ato político, capaz de empoderar sujeitos e de ampliar sua participação cidadã.

As evidências também ressaltam que a leitura precoce contribui para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da democracia. Cardoso (2022) e De Miranda et al. (2021) destacam que o acesso equitativo ao universo literário permite às crianças apropriar-se de repertórios que historicamente lhes foram negados, ampliando seu capital cultural e possibilitando maior inserção nos debates sociais. A leitura, nesse sentido, torna-se condição para que diferentes vozes encontrem espaço de expressão, favorecendo uma sociedade mais plural e menos desigual. Ao democratizar o acesso ao texto escrito e às narrativas, cria-se a possibilidade de construção de uma cidadania efetiva, em que o direito à palavra é também direito à participação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo permite afirmar que a leitura precoce exerce papel determinante no desenvolvimento infantil e no sucesso educacional futuro, respondendo plenamente à questão-problema proposta. Verificou-se que o contato com a leitura desde a primeira infância promove transformações significativas nas dimensões cognitivas, afetivas, linguísticas e sociais da criança, fortalecendo sua capacidade de pensar, comunicar-se e interagir com o mundo. A leitura, portanto, não se limita a um instrumento pedagógico, mas assume caráter formativo, atuando como mediadora entre o sujeito e a cultura, favorecendo a construção de identidades críticas e autônomas. Assim, confirma-se que o estímulo precoce à leitura constitui um dos pilares do desenvolvimento integral, permitindo que as crianças ampliem seu repertório simbólico e se preparem para trajetórias escolares mais sólidas e consistentes.

No campo educacional, os resultados indicam que a leitura precoce não apenas antecipa o processo de alfabetização, mas o qualifica, tornando-o mais significativo e prazeroso. A mediação docente aparece como fator essencial nesse processo, pois é através do olhar sensível e intencional do professor que a criança é conduzida à compreensão do texto como expressão



de sentidos e experiências humanas. A escola, quando se estrutura como espaço alfabetizador e acolhedor, potencializa as interações entre a criança, o livro e o conhecimento, transformando a leitura em prática social constante. Dessa forma, os objetivos específicos relacionados à discussão sobre a infância, à mediação escolar e à promoção da leitura como instrumento de letramento foram plenamente alcançados.

Outro aspecto relevante diz respeito ao impacto social e democrático da leitura precoce. Ao favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico e da sensibilidade, a leitura amplia as possibilidades de inserção social e cultural das crianças, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. O acesso equitativo aos livros e às práticas de leitura constitui, portanto, uma estratégia de justiça social, capaz de garantir que o conhecimento seja um direito e não um privilégio. Observou-se que o investimento em programas e políticas de incentivo à leitura na primeira infância reverbera em melhores índices de rendimento escolar, permanência na escola e participação cidadã. Assim, a leitura precoce se consolida como uma prática emancipadora e inclusiva.

Além de promover a autonomia intelectual, a leitura precoce desperta na criança o prazer pela descoberta, estimulando a imaginação, a empatia e a criatividade — qualidades essenciais para o exercício da cidadania e para a convivência democrática. O ato de ler, quando introduzido de forma lúdica e afetiva, permite que a criança explore diferentes perspectivas e se reconheça como protagonista de sua própria aprendizagem. Essa vivência simbólica e sensorial não apenas fortalece os vínculos familiares e escolares, mas também contribui para a formação de sujeitos mais humanos, críticos e conscientes. Desse modo, o estudo reafirma a importância da leitura como ferramenta de transformação pessoal e coletiva.

Como limitação do estudo, reconhece-se o caráter exclusivamente bibliográfico, que impossibilitou a coleta direta de dados empíricos e a observação prática dos efeitos da leitura precoce em contextos escolares específicos. Embora a análise teórica tenha permitido construir um panorama sólido e abrangente, futuras pesquisas poderiam adotar metodologias mistas, combinando abordagens qualitativas e quantitativas, a fim de verificar empiricamente os impactos cognitivos e socioemocionais do contato com a leitura desde os primeiros anos de vida. Tal ampliação metodológica permitiria aprofundar as evidências sobre a eficácia das práticas de mediação e sobre o papel da família e da escola nesse processo.

Por fim, sugere-se como nova linha de pesquisa a investigação sobre as relações entre leitura precoce, tecnologias digitais e inclusão social. Considerando o avanço das mídias e das plataformas de leitura interativa, torna-se relevante analisar como esses recursos podem contribuir para democratizar o acesso à leitura e fortalecer o vínculo das novas gerações com o



universo literário. Conclui-se, portanto, que os objetivos deste trabalho foram plenamente alcançados, reafirmando que a leitura precoce não é apenas o início do processo educativo, mas o alicerce que sustenta a formação integral do ser humano, o desenvolvimento da consciência crítica e a consolidação de uma sociedade mais justa, culta e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Karla Gomes; DO NASCIMENTO MARANHÃO, Ana Larisse; CAETANO, Marcela Alexandre Rodrigues. Práticas de letramento na Educação Infantil: um estudo bibliográfico. **Ensino em Perspectivas**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2023.
- BOWLBY, John. **Attachment and loss: attachment**. New York: Basic Books, 1970.
- BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CARDOSO, Geni Santana et al. Alfabetização e letramento na educação infantil. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 31, p. 25-28, 2022.
- DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DE FREITAS, Léia Gonçalves; DE PINHO, Vilma Aparecida; BRAGA, Marcia Lemos. Das experiências às práticas de alfabetização, letramento e ludicidade na Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 8, p. e15735-e15735, 2023.
- DE MIRANDA, Clarice Martins Monteiro et al. Alfabetização e letramento na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 6, p. 1210-1216, 2021.
- DE VARGAS MATOS, Diego et al. Influências da literatura infantil para a alfabetização e o letramento na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista OWL (OWL Journal)-Revista Interdisciplinar de Ensino E Educação**, v. 1, n. 3, p. 230-243, 2023.
- ERIKSON, Erik H. **Identity: youth and crisis**. New York: Norton, 1968.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. A importância de ler. In: _____. **A importância de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1923.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- HACHIMOTO, Angra Lima. **Alfabetização e letramento na Educação Infantil: Construindo caminhos para o saber**. Epitaya E-books, v. 1, n. 61, p. 117-124, 2024.



KOLB, Bryan; GIBB, Robbin. Brain plasticity and behaviour in the developing brain. **Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 20, n. 4, p. 265–276, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MONTESSORI, Maria. **A mente absorvente**. São Paulo: Editora Record, 1948.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 45. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SHONKOFF, Jack P.; PHILLIPS, Deborah A. **From neurons to neighborhoods: the science of early childhood development**. Washington: National Academy Press, 2000.

UNESCO. **Education for all 2000–2015: achievements and challenges**. Paris: UNESCO, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1995.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1965.

ZUIN, Poliana Bruno; ZUIN, Luís Fernando Soares; MARIOTTO, Isadora Pascoalino. Literatura infantil como objeto mediador das práticas de letramento e do processo de alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 17, 2022.